

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição de **VEÍCULOS** para atender às necessidades das **Estratégias de Saúde da Família de Amparo e Lumiar**, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante: Subsecretaria de Atenção Básica / Estratégia de Saúde da Família

1.3. Fundamentação legal: Lei Federal 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, Decreto Municipal 599/2020 – Pregão Eletrônico e Decreto Municipal nº190/2013.

1.4. Tipo: Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8666/93.

2- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
01	<p>Veículo de passeio POLO TRACK - transporte de equipe (5 pessoas, novo/sem uso) - 1.0 mpi- total flex. Especificações: airbags dianteiros (2) e laterais para os ocupantes dianteiros (2), “ess” alerta de frenagem de emergência, ar-condicionado com filtro de poeira e pólen, banco do motorista com ajuste milimétrico de altura, banco traseiro com encosto rebatível, chave “canivete” com controle remoto, cintos de segurança dianteiros com regulagem de altura e pré-tensionador, controle eletrônico de estabilidade (esc) controle de tração (asr), bloqueio eletrônico de diferencial (eds), desembaçador, limpador e lavador do vidro traseiro, “hhc” (hill hold control) – assistente para partida em subidas, direção elétrica, fixação de assento de criança com sistema isofix / top tether, freios “abs” com “ebd” – distribuição eletrônica de frenagem, para-choques dianteiro e traseiro na cor do veículo, para-sóis (espelho no lado do passageiro), rodas de aço aro “15” com pneus 185/65 r15 e supercalotas, transmissão manual de 5 velocidades, travamento elétrico e remoto das portas, portamalas e tampa de combustível, vidros elétricos dianteiros, alto falantes. pintura sólida branco. Marca: Volkswagen Ano mínimo 2023</p> <p>3 primeiras revisões por conta da fornecedora. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Emplacamento e licenciamento do ano da compra inclusos.</p>	02

2.2. O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com a Proposta de Aquisição Bens Permanentes de nº. 11399.442000/1210-02, com recurso advindo de Emenda Parlamentar, conforme comprovado na documentação acostada nos autos.

2.3. O objeto acima descrito deverá ser veículo novo, não usado/rodado, porém sem a exigência de que o primeiro registro e licenciamento seja em nome do ente federado, Município, todavia, o veículo entregue deverá vir acompanhado do CAT (quando aplicável).

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente aquisição é destinada ao deslocamento das equipes da Estratégia de Saúde da Família de Amparo e da Estratégia de Saúde da Família de Lumiar, localizadas distantes do centro do Município, proporcionando melhores recursos para a continuidade aos diversos atendimentos realizados na localidade.

3.2. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.3. O objeto deste Termo de Referência está amparado pela portaria 3.134, de 17 de dezembro de 2013 e são destinados para expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde.

4. QUANTITATIVOS E LOCAIS DE ENTREGA

4.1. A Contratada deverá atender a ordem de fornecimento expedida pela Unidade Requisitante.

4.2. O veículo deverá ser entregue de segunda a sexta-feira no horário de 09:00 às 16:00 no endereço abaixo:

Rua Plínio Casado, s/nº (Posto de Saúde Sylvio Henrique Braune) – Centro – Nova Friburgo (2º andar – sala 42)

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. O item deverá ser entregue em parcela única, com prazo não superior a 90 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento contratual, se for o caso.

5.2. A entrega deverá ser realizada no horário e local descrito no subitem 4.2 deste Termo de Referência.

- 5.3.** A falta do bem não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.
- 5.4.** Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.
- 5.5.** O veículo deverá ser entregue, com as Taxas de Emplacamento, Licenciamento e Seguro Obrigatório- DPVAT pagos, com os Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRV/CRLV) e com o pagamento do frete, tributos, encargos sociais, primeira vistoria, devidamente adesivado conforme solicitação da requisitante junto com o Logo do SUS e Brasão Município e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no preço proposto. Também deverão ser emplacados na respectiva cidade de entrega sem qualquer ônus adicional para a Secretaria Municipal de Saúde.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 6.1.** O bem a ser adquirido enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 7.1.** Os bens são recebidos:

- 7.1.1.** Provisoriamente, no momento da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 7.1.2.** Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 03 dias úteis a contar do recebimento provisório.

- 7.2.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

8.1.1. Elemento de Despesa – **44.90.52.06**

8.1.2. Fonte de Recurso – **007 – SUS**

8.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir: Estratégia de Saúde da Família - **30001.10.301.0083.2.194**;

8.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

9. DA LIQUIDAÇÃO

9.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o decreto nº.258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE- referente a Dívida Ativa;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

10.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

10.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

11.2. As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

11.3. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

11.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

11.5. Em atendimento ao Decreto Municipal nº 190, de 25 de outubro de 2013, o qual institui a padronização da frota de veículos, só poderão ser adquiridos veículos da marca Volkswagen, salvo nos casos devidamente justificados.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à Contratante:

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

12.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

12.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

12.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

13.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanhada das certidões de regularidade fiscais citadas no subitem 10.1.

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990);

13.4. Prestar Serviço de Assistência Técnica Gratuita, reparar e corrigir, durante o prazo de vigência da garantia, o veículo que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, sem ônus para a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no prazo máximo de 05 (Cinco) dias úteis;

13.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

13.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

13.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir.

13.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 72 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento da entrega no prazo previsto, com a devida comprovação;

- 13.9.** Fornecer o veículo novo/sem uso, ano mínimo correspondente à data de emissão da Nota Fiscal, com duas chaves e Certificado de Registro, com o Licenciamento Veicular – CRLV do ano da compra em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA FRIBURGO, registrado no DETRAN e com os Manuais do Proprietário, de Manutenção e de Garantia;
- 13.10.** Substituir, em um prazo máximo de 20 (Vinte) dias corridos, o veículo que apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência com que as ocorrências técnicas corretivas tenham sido realizadas nas concessionárias do fabricante, durante a vigência da garantia;
- 13.11.** Efetuar as trocas de peças somente por novas e originais ou de desempenho iguais ou superiores as utilizadas na fabricação do veículo, Lubrificantes indicados pelo fabricante, efetuando as 3 (Três) primeiras revisões programadas, sem ônus para a contratante.
- 13.12.** Os veículos deverão ser entregues já emplacados, devidamente registrado no DETRAN – CATEGORIA OFICIAL em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA FRIBURGO, CNPJ nº 11.399.442.0001/79 no endereço Av. Alberto Braune – nº 225 – Centro – Nova Friburgo. Deverá também está adesivado conforme solicitação da requisitante, junto com o Logo do SUS e Brasão Município. A arte dos adesivos deverá ser responsabilidade da contratada, sendo de sua responsabilidade solicitar qual modelo deverá ser colocado nos veículos.
- 13.13.** Qualquer despesa com emplacamento dos veículos será responsabilidade da Contratada.

14. MEDIDAS ACAUTELADORAS

- 14.1.** Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 16.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de

habilitação exigidos, não haja prejuízo à Administração bem como haja sua expressa anuência.

17. DO CONTROLE DA ENTREGA

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos serão exercidos pelos Servidores Municipais arrolados abaixo:

Karla Herdy Almeida – Fiscal Titular - Matrícula 299.089

Mariza Dias Siqueira – Fiscal Substituto - Matrícula 299.362

17.2. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução da entrega dos produtos.

17.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

18. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

18.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizem por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02a contratada que:

19.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

19.1.2. Apresentar documentação falsa;

19.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

19.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.5. Não mantiver a proposta;

19.1.6. Cometer fraude fiscal;

19.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

19.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

19.3. Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

19.3.1. Advertência;

19.3.2. Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

19.3.3. Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso)

19.3.4. Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

19.3.5. Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

19.3.6. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

19.3.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

19.3.8. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

19.3.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

19.3.10. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

20. DA RESCISÃO

- 20.1.** O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.
- 20.2.** Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão o atraso injustificado na entrega dos produtos;
- 20.3.** Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

21. DO FORO

- 21.1.** Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo, 11 de agosto de 2023

Érica Ribeiro de Freitas Borges
Captação de Recursos e Planejamento em Saúde
115.268

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária de Saúde
Matrícula: 106.137